

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	2
Título: O papel essencial das distribuidoras de energia.....	2
Título: Substitutivo analisa recursos alternativos	3
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	4
Título: Inflação e recessão vêm aí	4
Título: Bota fora	5
Título: Inflação pós-greve dos caminhoneiros trava ganho real em salários.....	6
VEÍCULO: O Globo.....	8
Título: Salles questiona gestão do Fundo Amazônia, mas tem a análise contestada	8

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 18/05/2019****Seção: Opinião****Autor: Adriano Pires****Título: O papel essencial das distribuidoras de energia**

Estão em discussão algumas propostas para uma possível redução de tarifas do gás natural e da energia elétrica, além da busca por mais transparência nos preços dos combustíveis e do botijão de gás. Neste processo, é possível perceber um viés negativo com relação ao papel das distribuidoras, como se elas fossem as principais responsáveis por tarifas e preços altos. Alguns, de forma irresponsável, chegam a chamar essas empresas de atravessadoras. É preciso explicar qual é efetivamente o papel das distribuidoras de energia elétrica, gás natural e combustíveis e mostrar por que são essenciais para que os consumidores sejam atendidos com qualidade e segurança. Deve-se, ainda, fazer uma reflexão a respeito da alocação dos riscos neste segmento da cadeia e esclarecer qual parcela das tarifas ou preços fica com as distribuidoras.

No caso das distribuidoras de energia elétrica e de gás natural, é importante mencionar que o mercado em que elas operam são monopólios naturais, ou seja, suas receitas são reguladas por agências que criam mecanismos virtuais de competição, buscando a modicidade tarifária. Sendo assim, essas empresas atuam em setores regidos por tarifas reguladas, enquanto as de combustíveis têm suas receitas definidas por preços livremente pactuados, num ambiente de mercado competitivo. É de responsabilidade das distribuidoras a arrecadação e o repasse de todos os tributos e encargos entre os elos da cadeia, concentrando o risco de inadimplência. Em última instância, elas também são o termômetro de qualidade da prestação dos serviços perante o consumidor final.

Além disso, as distribuidoras exercem atividades de alto risco, como manutenção de redes em linha viva (sem desligamento da energia elétrica), além de corte e religamento de redes que possam ter sofrido intempéries por causas naturais (descargas elétricas) ou antrópicas (ataques a dutos para roubo de combustível). Cabe destacar que, pela característica continental do território brasileiro, prover um serviço de qualidade requer um planejamento comercial e logístico complexo. As distribuidoras também arcam com o risco de capital de giro setorial. Em relação à discussão sobre o valor das tarifas ou preços, está claro que não se deve atribuir essa responsabilidade às distribuidoras.

Enquanto as reguladas têm participação de 15% a 20% no preço final, a margem para distribuidores e revendedores de combustíveis é de 13%. Os gastos com compra de energia – para os quais as distribuidoras não têm ganhos no repasse

– representam cerca de 28% e 46% das contas de luz e gás natural, respectivamente. Já no setor de combustíveis, 40% dos preços finais correspondem a encargos e tributos, valor que pode chegar a 55% da conta final no setor elétrico. Recentemente, a Agência Nacional de energia Elétrica publicou excelente Nota Técnica (NT n.º 27/2019), no âmbito da Consulta Pública n.º 3, em que analisou o desempenho das distribuidoras de eletricidade nos últimos 20 anos. De acordo com a NT, a participação da distribuição na tarifa caiu 52% entre 2001 e 2017, passando de R\$ 208 para R\$ 99 por MWh, como resultado “dos substanciais ganhos de eficiência das distribuidoras”.

O setor de energia precisa de distribuidoras prestando um serviço adequado para reduzir a sonegação de tributos e encargos em todas as esferas de governo. A despeito do julgamento se as tarifas e os preços estão justos, é essencial mostrar o papel que as distribuidoras cumprem no País e entender que é importante garantir retornos condizentes com os riscos do negócio e evitar populismos e artificialismos, pois distribuidoras saudáveis significam setores saudáveis.

Por isso, é fundamental calibrar de forma correta incentivos e punições para garantir uma prestação adequada dos serviços. Prometer reduções de preços ou tarifas antes de um diagnóstico preciso pode sair caro, como no episódio da Medida Provisória 579/12 para o setor elétrico, um caso clássico de que o barato sai caro. Infelizmente, quem paga essa conta é sempre o consumidor, mas a culpa não pode ser atribuída às distribuidoras.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 18/05/2019

Seção: Colunas

Autor: ALBERTO BOMBIG

Título: Substitutivo analisa recursos alternativos

Coluna do Estadão

No substitutivo da reforma da Previdência que deputados planejam apresentar, estuda-se incluir propostas alternativas de financiamento das aposentadorias. Seria uma maneira de o Congresso se diferenciar do governo de Jair Bolsonaro e se distanciar do discurso de que a reforma só prejudica os mais pobres. Os parlamentares ainda não bateram o martelo, mas está no radar taxar grandes fortunas, regulamentar jogos de azar e até destinar parte dos Royalties do pré-sal e dos recursos do Sistema S, que o ministro Paulo Guedes pretende reduzir.

COM JULIANA BRAGA E MARIANNA HOLANDA

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data:** 18/05/2019**Seção:** Colunas**Autor:** Rodrigo Zeidan**Título:** Inflação e recessão vêm aí**A lua de mel acabou; caminhamos para o abismo lenta, mas inexoravelmente**

Professor da New York University Shanghai (China) e da Fundação Dom Cabral. É doutor em economia pela UFRJ

A economia brasileira vai encolher em 2019. Estamos imitando os erros dos nossos hermanos argentinos, mas em escala muito maior.

Assim como nosso presidente, Macri assumiu o governo argentino apoiando por empresários e com mandato claro de fazer reformas econômicas. E, como aqui, o governo só faz fumaça.

Após o desastroso governo Kirchner, Macri assumiu em 2016 prometendo pobreza zero e um ajuste fiscal para conter a inflação. Os primeiros meses foram de lua de mel com o mercado. As promessas eram de aumentar impostos, reduzir gastos públicos, aumentar a taxa de juros e normalizar a situação do Indec e do Banco de La Nación, equivalentes ao IBGE e ao Banco do Brasil (o Indec estava mutilado, a ponto de não publicar várias estatísticas nacionais).

Mas Macri fraquejou e acabou não passando nenhuma grande reforma. Subsídios nos preços de energia e transporte foram retirados de forma atabalhoada (ainda são 2% do PIB). Diminuiu-se o controle sobre o câmbio. O déficit caiu aqui ou ali, mas não houve avanço em reformas substantivas.

O governo argentino chegou a negociar pacote de ajuda com o FMI para limitar a saída de capitais e conter a inflação. Não deu certo. Em maio de 2018, quando finalmente uma medida dura foi tomada, a de subir a taxa de juros de 20% para mais de 40%, o dano já estava feito — o PIB caiu 2,5% em 2018, e a inflação está na casa dos 30%.

O governo Macri escolheu o gradualismo. Deu errado. Muito errado. A pobreza hoje atinge um terço dos argentinos, mais do que no governo anterior. Cada medida meia boca era seguida por mais desconfiança por parte de empresas e consumidores. Isso tornava maior a necessidade de medidas mais duras, mas cada dado econômico ruim limava a capacidade de articulação política do governo.

Esse mecanismo de retroalimentação também aconteceu no governo Dilma. Em janeiro de 2014, o mercado esperava crescimento para 2015 na casa de 2,5%. Em janeiro de 2015, essa expectativa já tinha caído para 0,5%. Em junho, já se previa recessão de 1,8%. A economia acabou desabando 3,7%.

Infelizmente, vai acontecer o mesmo agora. Aqui ainda não temos a inflação, mas ela vai acabar voltando. Já vivemos a deterioração das expectativas. Quando o atual governo estava para ganhar a eleição, havia previsões de que a economia ia crescer 3,5%. Cada tuíte estapafúrdio do presidente, e sinal de falta de articulação política, foi limando a confiança de todos.

Hoje, já se prevê crescimento menor que 1%. A incompetência do governo já destruiu 2,5% do PIB. E não vai parar por aí.

Não vai ter boa reforma da Previdência. A cada defesa do astrólogo escatológico, cai o apoio político e social.

O centrão já está abandonando o barco. E, embora alguns técnicos do governo tentem fazer algumas pequenas reformas microeconômicas, o que aconteceu nos governos Macri e Dilma vai se repetir aqui: contração econômica com inflação.

Quando o presidente chama manifestantes de massa de manobra e idiotas úteis, a reação do empresário médio é reduzir ou postergar investimentos. E os consumidores travam. Otimismo alimenta investimentos, mas o presidente só passa desconfiança.

A lua de mel, incluindo com o ministro da Economia, acabou (o dólar passar de R\$ 4 não é coincidência). Caminhamos para o abismo lenta, mas inexoravelmente.

Eu nunca quis tanto estar errado, mas quem puder se proteja da inflação e da recessão, porque elas já estão virando a rua e vêm com vontade.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 18/05/2019

Seção: Colunas

Autor: Joana Cunha

Título: Bota fora

PAINELS.A.

Petroleiros veem no último programa de demissão voluntária da Petrobras sinais de "chantagem". É que uma cláusula diz que funcionários com idade de aposentadoria que optarem pela permanência na companhia serão excluídos de novos programas nos próximos cinco anos.

Tenso

Para a Federação Única dos Petroleiros, o que mais preocupa é a segurança das instalações da Petrobras. "Estão operando com pessoal abaixo do mínimo necessário", diz.

com Paula Soprana e Laísa Dall'Agnol

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 18/05/2019

Seção: Mercado

Autor:

Título: Inflação pós-greve dos caminhoneiros trava ganho real em salários

Negociações por reajustes têm sido mais difíceis com taxa acumulada entre 4% e 5% desde protestos de maio de 2018

São Paulo- A pressão inflacionária herdada da paralisação de caminhoneiros tem dificultado o ganho real dos trabalhadores nas negociações coletivas entre sindicatos e patrões.

Dados do último boletim Salariômetro da Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas) mostram que, em março, o reajuste mediano negociado foi de 4%.

A inflação acumulada em 12 meses — calculada pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) —, no entanto, foi de 4,67%, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

O movimento de caminhoneiros no fim de maio do ano passado provocou uma crise de abastecimento no país que levou a uma explosão de preços.

O resultado foi que o INPC acumulado passou de 1,76% em maio de 2018 para 3,53% em junho e passou o restante do ano mais próximo de 4%.

"Nós ainda vamos ter uma inflação acumulada expressiva até junho. Em julho, ela cai. O que dá para ver é que, provavelmente, não teremos aumentos reais

expressivos até junho", diz Hélio Zylberstajn, professor da FEA-USP (Universidade de São Paulo) e coordenador do Salariômetro.

O problema é que também no início de 2019 a inflação tem surpreendido para cima, com alta nos preços de alimentos e combustíveis.

Em abril, o INPC em 12 meses chegou a 5,07%, maior patamar desde janeiro de 2017.

"A tendência é que a inflação caminhe mais para o centro da meta do governo, de 4,25%, mas ainda em nível superior àqueles padrões que vínhamos observando de 3%, antes do repique do ano passado", diz Clemente Ganz Lúcio, diretor-técnico do Dieese (Departamento Intersindical de Estudos Socioeconômicos).

"Alimentos tiveram um impacto maior no início deste ano, mas a tendência é de reversão", afirma Lúcio.

Os trabalhadores da construção civil, cuja data-base é maio, já haviam conseguido apenas repor o INPC na convenção que vigorou entre 2018 e 2019.

"Como nossa reposição foi em maio do ano passado, durante os últimos 12 meses o trabalhador perdeu cerca de 3% do poder de compra", diz Antonio de Souza Ramalho, presidente do Sintracon (Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil de São Paulo).

A categoria, que reúne 400 mil trabalhadores, está em negociação salarial e pede 5% de aumento real.

"Pensamos em greve neste mês, a negociação deste ano segue dura", afirma o sindicalista do setor da construção.

Os metroviários de São Paulo acabam de fechar sua negociação coletiva. A categoria conseguiu 4,99% de reajuste, o que repõe o LPC-Fipe, índice que usam como parâmetro, diz Wagner Fajardo, coordenador do sindicato dos metroviários. No ano passado, ele havia ficado em 1,29%.

"Embora não tenhamos conseguido avanço real, pelo menos não tivemos retrocesso", diz Fajardo.

Para ele, no entanto, a paralisação dos caminhoneiros costuma ser usada como bode expiatório. "O que deteriorou a situação foi o descontrole de preços da Petrobras. Ela [a greve] foi uma reação a uma política de preços que gerava inflação."

No caso dos metalúrgicos, cuja data-base é setembro, a FEM-CUT/SP (Federação dos Sindicatos de Metalúrgicos da Central Única dos Trabalhadores de São Paulo) estimava uma inflação acumulada de 3% em 2018 e, pleiteando 5% de aumento, projetava conseguir 2% de ganho real.

Mas o INPC acumulou 3,64% nos 12 meses até agosto do ano passado. "Cada vez que a inflação sobe mais do que a gente prevê, acaba impactando a possibilidade de aumento real", diz Luiz Carlos da Silva Dias, o Luizão, presidente da FEM-CUT/SP

Para este ano, ele diz que a inflação acumulada pode ser até um pouco superior aos 3,64% de 2018, "já que nos meses iniciais de 2019 ela tem se mostrado um pouco maior".

Na projeção do Salariômetro, o INPC acumulado até agosto deve ficar em 3,6%.

"O repique da inflação dificulta as negociações especialmente em um contexto econômico de baixo dinamismo, em que as empresas têm um desempenho muito desfavorável e o emprego está travado", diz Lúcio, do Dieese.

Na categoria de alimentação, o setor de massas e biscoitos conseguiu em outubro do ano passado um reajuste real de 0,36%.

Segundo Rubens Gomes, vice-presidente do Sindeeia (Sindicato da Alimentação de São Paulo e Região), a greve atrapalhou a negociação porque as empresas ficaram paralisadas e com estoques represados.

"Como você vai discutir aumento real de salários? Qual embasamento você tem quando as empresas têm prejuízos enormes? A greve afetou drasticamente as negociações, e o trabalhador pagou a conta", afirma Gomes.

Para compensar, ele diz que a categoria buscou ganhos em benefícios, como a cesta básica, que foi ajustada em 15%.

VEÍCULO: O Globo

Data: 18/05/2019

Seção: Sociedade

Autor: RENATO GRANDELLE E SILVIA AMORIM

Título: Salles questiona gestão do Fundo Amazônia, mas tem a análise contestada

RIO E SÃO PAULO- Em um diagnóstico divulgado ontem sobre contratos do Fundo Amazônia, o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, indicou supostas irregularidades no contrato entre o programa e as organizações não

governamentais (ONGs). Segundo ele, não há comprovação de que os recursos aplicados na iniciativa ajudaram a reduzir o desmatamento ilegal na Amazônia.

A equipe do ministro analisou 25% dos 103 contratos assinados, em sua maioria, de 2013 a 2015. Entre as "disfuncionalidades" estão prestações de contas incompletas, relatórios de desempenho sem comprovação e gasto excessivo com folha de pagamentos.

Salles defendeu mudanças na gestão do fundo, cuja responsabilidade é do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e não de sua pasta.

— Essa informação de que reduziu o desmatamento em função dos contratos do Fundo Amazônia é uma mera interpretação. Não há nenhum indicativo no relatório do fundo que leve a essa conclusão — afirmou o ministro.

Horas depois, no entanto, a Embaixada da Noruega no Brasil exaltou o programa em um comunicado, definindo a redução do desmatamento na Amazônia como uma "inspiração para o mundo". Também aprovou o modo como o programa é administrado. O país é o maior doador do Fundo Amazônia: desembolsou R\$ 1,2 bilhão, seguido por Alemanha (R\$ 68 milhões) e **Petrobras (R\$ 7 milhões)**:

"A Noruega está satisfeita com a robusta estrutura de governança do Fundo Amazônia e os significativos resultados que as entidades apoiadas pelo fundo alcançaram nos últimos 10 anos. Não recebemos nenhuma proposta das autoridades brasileiras para alterar a estrutura de governança ou os critérios de alocação de recursos do fundo".

MME / ASCOM .